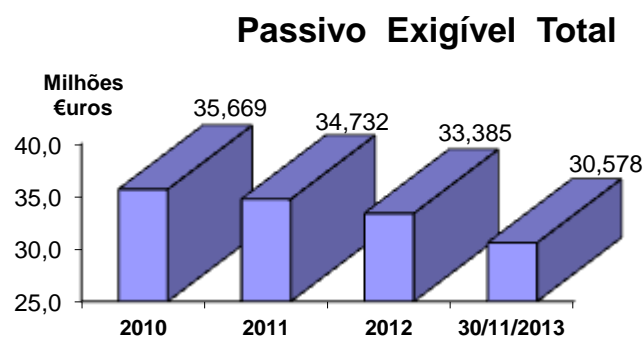


AC. EM CÂMARA

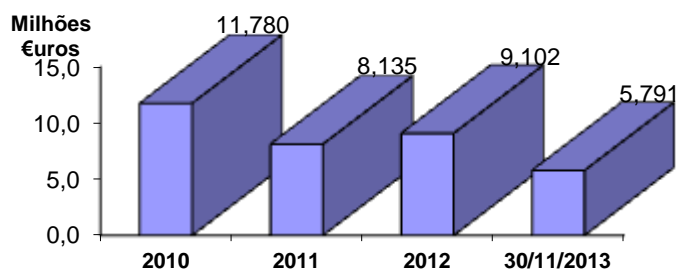
(01) PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA 2014:-

Presente a proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para 2014, do qual consta a informação prestada pelo Presidente da Câmara que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2014** - O Plano de Atividades e Orçamento para 2014 que o Executivo Municipal apresenta, tem como ponto de partida um conjunto de **pressupostos financeiros desfavoráveis** face aos fortes constrangimentos das transferências de verbas do Estado e de expectativas económicas para o próximo ano que não são animadoras. Estas dificuldades associadas ao fim de um ciclo de fundos comunitários e ao início de outro acentuam também a imprevisibilidade na receita oriunda destes financiamentos. **O Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2014** e anos seguintes terá de ser **um instrumento prudente e flexível** bastante para atender aos setores sociais, educativos e económicos. O Plano de Atividades e Orçamento tem de ser prudente face à enorme indefinição da conjuntura económica e financeira nacional e internacional, à indefinição europeia da economia da zona euro, e da indefinição relativa ao novo quadro de programação comunitário para 2014/20, e as consequentes medidas de ajustamento financeiro sucessivas que o governo impõe às autarquias locais, dos quais a **nova Lei de Finanças Locais** é um elemento incontornável. Apesar desta conjuntura desfavorável o Município de Viana do Castelo tem vindo a reduzir o seu **Passivo Exigível Total** e do **Passivo Exigível a Curto Prazo**, através de uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos e de uma poupança nas despesas correntes, com resultados expressivos como se pode comprovar nos gráficos abaixo indicados.



O **Passivo Exigível Total**, no período de 31/12/2010 a 31/11/2013, registou uma queda de 14,28%.

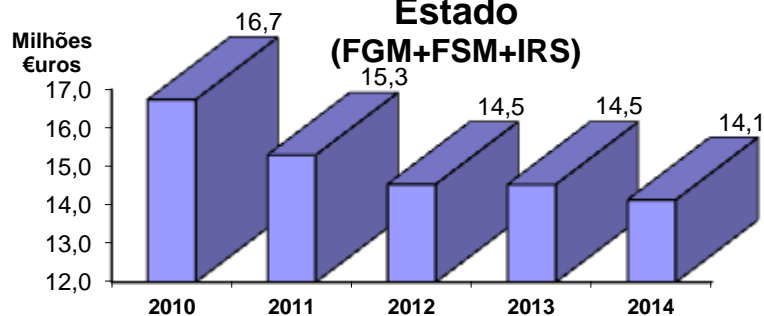
Passivo Exigível Curto Prazo



O "Passivo Exigível de Curto Prazo", no período de 31/12/2010 a 30/11/2013, registou uma diminuição de **50,84%**.

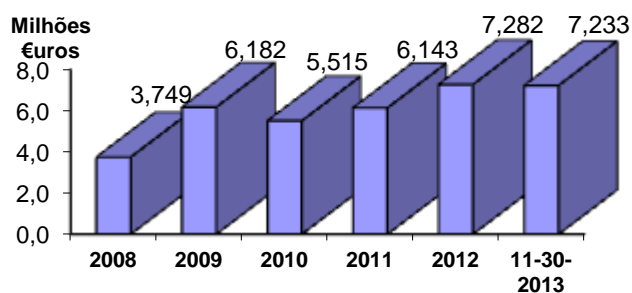
As **Transferências do Orçamento de Estado** têm vindo a decrescer neste mesmo período, causando dificuldades aos Municípios para assegurar as funções de apoio aos cidadãos, nomeadamente as do ensino público e das áreas sociais.

Transferência ANUAL Orçamento Estado



No ano de 2014 o Município será, novamente, penalizado pelo Governo **através do aumento de 3,75% do encargo com os funcionários para CGA**, ao fixar o valor da taxa em 23.75%. Importa, ainda, referir que, o valor da taxa fixada para 2014, comparativamente à taxa de 2012 (15%), representa um aumento de 57% no valor desta rúbrica da despesa do Município. Podemos observar pelo gráfico abaixo que o bom aproveitamento por parte do Município dos **Fundos Comunitários** tem permitido a concretização de bons projetos e superar as parcas receitas oriundas das transferências do Orçamento de Estado.

Fundos Comunitários



O Orçamento Municipal para o ano 2014 decresce cerca de 8 milhões de euros face á redução das transferências do Estado, redução dos impostos municipais resultantes da redução do IMT e regimes de isenções municipais e redução na previsão de Fundos Comunitários, resultantes de ainda não serem conhecidos os novos modelos de financiamento para 2014/2017. Neste sentido reduziremos em 4% as transferências para os protocolos com associações e freguesias, ou seja no mesmo montante dos cortes que o Município teve da administração central. **Este Executivo Municipal defende para os próximos quatro anos as seguintes linhas estratégicas de desenvolvimento para Viana do Castelo:-**

1.Consolidar o projeto de requalificação urbana e de excelência ambiental de Viana do Castelo; Vamos consolidar as ações da Área de Reabilitação Urbana e concretizara os projetos de requalificação das frentes marítimas e proteção da orla costeira integrados no Programa do Polis Litoral Norte, depois de vencidas as dificuldades das decisões do parceiro Estado.

2.Aprofundar a coesão do território através de parcerias com as juntas de freguesia; Apostaremos no aprofundamento da colaboração técnica e financeira com as Juntas de Freguesia, como parceiros determinantes não só nas áreas da modernização administrativa, mas também na implementação de políticas sociais, de saúde e de solidariedade. Neste domínio daremos especial atenção a novas iniciativas relativas às redes sociais de proximidade e a projetos de cooperação entre freguesias;

3.Apostar na educação, no desporto, na cultura e na criação cultural como fatores essenciais do desenvolvimento humano de Viana do Castelo; A aposta na educação e na escola pública de qualidade tem sido uma constante nos apoios educativos, nos domínios sociais aos alunos com dificuldades e na consolidação da rede dos equipamentos educativos. A recuperação de edifícios emblemáticos como o Palacete Barbosa Maciel, onde está instalado há 90 anos o Museu de Artes Decorativas, a Igreja de Sto. António e do Convento de S. Domingos, quando se comemoram 500 anos do nascimento de Frei Bartolomeu dos Mártires. Promoveremos a valorização e preservação da Cultura Castreja, pelo que daremos especial atenção à Cidade de Afife, à musealização do Castro de Vieites/Perre e à conservação do património dos rios Âncora e Neiva. A aposta na promoção atlântica, através da dinamização dos desportos náuticos, a consolidação da construção e qualificação da rede de equipamentos desportivos por todo o concelho quer em novos pavilhões quer em recintos desportivos sintéticos, incentivando e apoiando o movimento associativo e a formação desportiva dos nossos jovens;

4.Proporcionar um ambiente favorável para o acolhimento empresarial, para a inovação e para a promoção do comércio tradicional; Continuaremos a ampliar as áreas de acolhimento de atividades económicas no concelho, captando novas empresas e criando mais empregos. Em conjunto com o movimento associativo empresarial estaremos particularmente atentos à dinamização e atratividade do comércio do centro histórico na região e na Galiza.

5.Desenvolver as bases de uma nova cultura marítima no concelho e promover a cidade náutica atlântica; Acreditamos que será possível uma nova economia do mar assente na inteligência e criatividade das nossas escolas de ensino superior, no arrojo e iniciativa dos nossos empresários e na facilitação das entidades públicas.

6.Alargar e aprofundar as políticas municipais de solidariedade com todas as

instituições e com os cidadãos mais desprotegidos; A implementação do Plano de Desenvolvimento Social e da Saúde 2013-16, assentará em três eixos fundamentais: promoção da saúde, promoção do emprego e reforço da coesão social. Reforçaremos as medidas de apoio à família em parceria com as instituições, e enquadraremos os munícipes nos diversos projetos de voluntariado, construindo assim um concelho mais solidário. **7.Orçamento Participativo – Projetos Culturais e Sociais** - O Orçamento Participativo tem como objetivo contribuir para o exercício de uma nova forma de governação, na qual a participação direta dos cidadãos é imprescindível seja em processos de consulta, seja na definição de prioridades face ao investimento do orçamento público. Esta primeira iniciativa municipal em 2014 concorrerá com um montante global de 250.000 euros para projetos que não podem ultrapassar os 50.000 euros, nas áreas sociais ou culturais das freguesias urbanas da cidade de Viana do Castelo. **8.CIM Alto Minho – Estratégia 2020** - A Estratégia “Alto Minho 2020” será concretizada através de um Plano de Ação que integra um conjunto de nove programas de ação. Executar e cumprir o conjunto de iniciativas que dá corpo à Estratégia será agora o teste mais exigente dos próximos quatro anos. A Comunidade Intermunicipal e os Municípios do Alto Minho comprometem-se a desenvolver todas as ações necessárias para assegurar a concretização desses objetivos. (a) José Maria Costa.”. Seguidamente, o Vereador Vítor Lemos enquanto Presidente do Conselho de Administração dos SMSB, fez a apresentação do Plano e Orçamento destes Serviços referindo em síntese que os mesmos são idênticos aos aprovados para o ano de 2013, refletindo alguma variação na área dos custos, especialmente da electricidade, da água em alta e da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações e uma redução com os gastos com pessoal, decorrente da diminuição em 2% do número de efectivos. Salientou também que a despesa e a receita correntes são praticamente as mesmas que estavam previstas no orçamento para 2013, e que não são previstos novos fundos comunitários. Conclui a sua apresentação referindo que este é um orçamento de continuidade. A Vereadora Ilda Figueiredo colocou uma questão de fundo que, em sua opinião impede uma análise ponderada dos planos e orçamentos, uma vez que não foram fornecidos os elementos referentes à execução orçamental de 2013, pelo menos até Outubro, não sendo possível fazer uma extrapolação para o próximo ano sem conhecer o desempenho financeiro do corrente, única forma de saber se as previsões feitas para 2014 são razoáveis. Declarou que se recusa a votar um documento que não compreende e pediu para ficar exarado em acta a seguinte proposta:- “PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO PARA 2014 - 1. Os documentos apresentados pelo Presidente da Câmara Municipal não tem qualquer fundamentação, não são acompanhados dos mapas de execução das receitas, das despesas e dos investimentos concretizados durante, pelo menos, nove meses de 2013. 2. Não há qualquer informação, nem no Plano e Orçamento da Câmara Municipal nem nos SMAS de Viana do Castelo, de fundamentação de escolhas e prioridades, de explicação de investimentos em curso ou de projectos de investimentos com

apoios do governo central, de fundos comunitários ou outros. 3. Trata-se de documentos sem qualquer fundamentação séria das previsões que apresenta, seja relativamente às receitas, seja relativamente às despesas. Sabe-se que há menos cerca de 8,5 milhões de euros no total do orçamento quando comparado com o ano anterior, mas poucas explicações se dão sobre isso. Aliás, há enormes contradições nos números apresentados. 4. Por exemplo, na área das receitas não se sabe a razão de se prever, relativamente ao orçamento de 2013, um aumento de quase um milhão de euros em relação à receita do IMI ou de cerca de mais 300 mil euros em relação ao imposto único de circulação. 5 - Entretanto, por exemplo, as receitas de capital diminuem, imenso relativamente a 2014 - menos de 9,8 milhões de euros. O mesmo acontecendo com as respectivas despesas de capital. No texto não são dadas explicações nem foram facultados os elementos que permitam perceber a razão de tais previsões, o que é grave, dado que não se entende que propostas de investimento podem ser concretizadas em 2014 nem qual a transferência de verbas para as Freguesias tendo em conta as suas novas competências previstas na nova lei das Finanças locais, que entra em vigor em Janeiro de 2014. 6 - Também relativamente aos Serviços Municipalizados há diminuições nos valores orçamentados para 2014 relativamente a 2013, sem que haja qualquer justificação, dado que não foi fornecido elemento sobre a execução em 2013. 7 - Por outro lado, as verbas orçamentadas para investimento nas redes de águas pluviais e de saneamento são insignificantes face às enormes carências do concelho de Viana do Castelo, onde são inúmeras as freguesias que não estão cobertas pela rede pública de saneamento básico. 8 - Assim, mesmo sabendo que há também responsabilidades dos governos, actual e anteriores, pela forma como diminuíram as transferências do orçamento de estado para as autarquias, não se pode aceitar a ligeireza com que se projectam números sem definir claramente as prioridades tendo em conta a realidade, designadamente em termos de execução actual e de projectos de investimento. Aliás, o que se propõe é um desinvestimento completo. Assim, proponho o adiamento da votação destes documentos para a próxima reunião do executivo municipal, devendo ser, de imediato, disponibilizados os documentos solicitados que são essenciais para se compreender o que se apresenta como orçamento da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo. (a) Ilda Figueiredo." Sobre esta proposta o Presidente da Câmara esclareceu que a sessão ordinária da Assembleia Municipal está marcada para o próximo dia 30 de Dezembro, sendo que a ordem de trabalhos e respectivo expediente deverá ser remetido com pelo menos 2 dias uteis de antecedência, e a data proposta, dia 26 não iria permitir o cumprimento de tais prazos. Posta a votação, a proposta da CDU foi reprovada com 5 votos contra do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre e Maria José Guerreiro e 3 votos favoráveis dos Vereadores Ilda Figueiredo, Helena Marques e Marques Franco. Por sua vez, a

Vereadora Helena Marques manifestou a sua concordância com as críticas feitas pela Vereadora Ilda Figueiredo, acrescentando que não conhecendo os pressupostos que estiveram na base das propostas feitas não é possível formular um juízo sobre a correção dos documentos apresentados. Analisados e discutidos todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor e 3 votos contra, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Esta deliberação foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e os votos contra dos Vereadores Marques Franco, Helena Marques e Ilda Figueiredo. Por último, foram apresentadas as declarações de voto que seguidamente se transcrevem:- **“DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PSD** -Tendo em conta que o Vereador Dr. Eduardo Teixeira ao abrigo do artº 51 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro apresentou oposição à realização desta reunião extraordinária, tendo por base desconformidades apresentadas na convocatória da mesma, os vereadores do PSD permaneceram na reunião sob protesto e votam contra todas as propostas da ordem de trabalhos por considerarem que não estando sanada a questão da ilegalidade, as mesmas nem deveriam ser discutidas, nem apreciadas, ainda mais que existe uma reunião ordinária da Câmara para dia 26 do corrente mês, antes da reunião da Assembleia Municipal que ocorrerá no próximo dia 30. (a) Marques Franco; (a) Helena Marques.”. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA DA CDU** - O voto contra baseia-se nos seguintes factos:- ➔ Insuficiência de informação sobre execução orçamental durante 2013, mesmo após a disponibilização de dois mapas globais em plena reunião do executivo municipal, após solicitação que fiz. De facto, os documentos apresentados pelo Presidente da Câmara Municipal não tinham qualquer fundamentação, não eram acompanhados dos mapas de execução das receitas, das despesas e dos investimentos concretizados durante, pelo menos, nove meses de 2013. ➔ Mas mesmo após alguma troca de opiniões, continuaram por explicar as razões das inscrições de verbas para algumas rubricas, nalguns casos muito diminutas, designadamente no Plano de Investimentos, faltando a fundamentação de escolhas e prioridades, de explicação de investimentos em curso ou de projectos de investimentos com apoios do governo central, de fundos comunitários ou outros. De facto, o anunciado em palavras não coincide com as verbas propostas. ➔ Sabe-se que há menos cerca de 8,5 milhões de euros no total do orçamento quando comparado com o ano anterior, mas poucas explicações se dão sobre isso. Aliás, há enormes contradições entre os números apresentados e as propostas enunciadas. Mas, relativamente ao orçamento de 2013, há um aumento de quase um milhão de euros em relação à receita do IMI e de cerca de mais 300 mil euros em relação ao imposto único de circulação. ➔ Entretanto, as receitas de capital diminuem imenso relativamente a 2014 – menos cerca de 9,8 milhões de euros - o mesmo acontecendo com as respectivas despesas de capital. No texto não são dadas explicações nem foram facultados os elementos que permitam perceber a razão de tais previsões, o que

é grave, dado que não se entende quais as propostas de investimento que podem ser concretizadas em 2014 nem qual a transferência de verbas para as Freguesias, tendo em conta as suas novas competências previstas na nova lei das Finanças Locais, que entra em vigor em Janeiro de 2014. ➔ Também relativamente aos Serviços Municipalizados há diminuições nos valores orçamentados para 2014 relativamente a 2013, sem que haja justificação, dado que não foi fornecido qualquer elemento sobre a execução em 2013. ➔ As verbas orçamentadas para investimento nas redes de águas pluviais e de saneamento são insignificantes face às enormes carências do concelho de Viana do Castelo, onde são inúmeras as Freguesias que têm zonas muito extensas sem cobertura pela rede pública de saneamento básico. ➔ Mesmo sabendo que há também responsabilidades dos governos, actual e anteriores, pela forma como diminuíram as transferências do orçamento de estado para as autarquias, não se pode aceitar a ligeireza com que se projectam números sem definir claramente as prioridades tendo em conta a realidade, designadamente em termos de execução actual e de projectos de investimento. Aliás, o que se propõe é um desinvestimento muito elevado, se não houver uma alteração substancial do financiamento municipal. ➔ As palavras do Presidente da Câmara Municipal relativamente a possíveis financiamentos comunitários para alguns projectos no âmbito da CIM que possam beneficiar Viana do Castelo não passam disso mesmo – palavras – já que não foram fornecidos quais quer elementos escritos nem uma lista dos projectos. O voto contra é também um voto de protesto contra a falta de informação prévia e de fundamentação das escolhas, o que a pouca informação fornecida na reunião do executivo municipal não conseguiu colmatar. Registe-se que também não foi aceite pela maioria a nossa proposta de adiamento da votação para completar a informação necessária. (a) Ilda Figueiredo.”

“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS - O Plano de Atividades e Orçamento para 2014 que o Executivo Municipal apresenta tem todos os mapas e a descrição, quer no PAM, quer no PPI das diversas ações e projetos para o próximo quadriénio. Foi também disponibilizado o mapa do “Resumo da Execução da Receita e Despesa” do dia de hoje, bem como a última informação financeira prestada á Assembleia Municipal. As linhas estratégicas definidas pelo executivo são apresentadas de forma clara quer no PAO da Câmara Municipal, quer dos Serviços Municipalizados, sendo elencados os grandes objetivos a concretizar. Refere-se também no Plano de Atividades e Orçamento que este tem de ser prudente face à enorme indefinição da conjuntura económica e financeira nacional e internacional, à indefinição europeia da economia da zona euro, e da indefinição relativa ao novo quadro de programação comunitário para 2014/20, e as consequentes medidas de ajustamento financeiro sucessivas que o governo impõe às autarquias locais, dos quais a **nova Lei de Finanças Locais** é um elemento incontornável. Dependemos fortemente nos próximos anos da programação dos fundos comunitários. Neste momento o governo ainda não apresentou em Bruxelas o Acordo de Parceria que vai permitir saber com clareza as áreas e a forma como vão ser geridos esses fundos. **O Orçamento Municipal para o ano 2014 decresce cerca de 8 milhões de euros** face á redução das transferências do Estado, redução dos impostos municipais resultantes da redução do IMT e regimes de isenções municipais e redução na previsão de Fundos Comunitários, resultantes de ainda não serem conhecidos os novos modelos de financiamento para 2014/2017. **CIM Alto Minho – Estratégia 2020.** A possível

contratualização através da CIM do Alto Minho, com as Intervenções Territoriais Integradas estão previstas na Estratégia “ Alto Minho 2020”, que esperamos será concretizada através das futuras candidaturas aos Fundos Comunitários. (a) José Maria Costa.”.

20 de Dezembro de 2013